LISBOA – Supremo Tribunal de Justiça (Serv. Mº Pº)

Secção de Processos

Processo: 19/19.8YGLSB

Referência: 9297773

Exmo. Sr. Vice-Procurador Geral da República

PAULO MANUEL CARREIRO GONÇALVES, Denunciante nos autos, notificado das [inverdades de 10/07/2020 do Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro a que chamam despacho](#), vem, nos termos dos artigos 613º n.º 2, 614º n.º 1, 615º n.º 1 alínea d) e 616º n.º 2 alínea b) do CPC, aplicável em processo penal por força do artigo 4.º do Código de Processo Penal, reclamar com os seguintes fundamentos dos lapsos manifestos (para não dizer inversões da verdade dos factos deliberadas) que se mantêm e arguir as consequentes nulidades que o despacho ora notificado insiste persistentemente em não sanar, mantendo-as a todo o custo, designadamente a denegação de pronúncia sobre o facto de *constarem do inquérito documentos* – conforme o próprio Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro confirma – *que, só por si, implicam necessariamente decisão diversa da proferida* (art.º 616º n.º 2 alínea b) do CPC):

1. Em primeiro lugar, é de salientar, e com a maior veemência, que **são falsas as seguintes afirmações constantes do penúltimo e último parágrafo da primeira página do dito despacho ora notificado:**

“2. ... nos despachos de 24-2-2020 e de 26-5-2020 foram decididas, fundamentadamente, todas as questões suscitadas nas reclamações sobre que recaíram, não sendo carreado qualquer novo elemento ou fundamento, de facto ou de direito, que determine alteração ao já decidido, designadamente quanto à requerida reabertura do inquérito.

Nem o despacho de 26-5-2020 padece de qualquer nulidade que cumpra conhecer, as quais, em todo o caso, não são, sequer, identificadas pelo reclamante por reporte a qualquer nulidade

legalmente prevista num concreto preceito legal que comine os atos processuais com aquele vicio processual...”.

2. Estamos, pois, aqui perante mais um despacho nulo, em círculo vicioso, por falta de fundamentação. É que a fundamentação tem que ser demonstrada. Com efeito, nada de real sendo explícito, estamos perante uma abstração que se discute e não uma realidade evidente.
3. Atentemos, pois, no seguinte:
4. O [ANTERIOR DESPACHO DE 26.05.2020](#), DO MESMO AUTOR CONFIRMOU que constam do presente processo documentos que só por si implicam necessariamente decisão diversa da proferida (art.º 616º n.º 2 alínea b) do CPC). Então tinha o dever de reformar a decisão, com fundamento nos documentos dos quais tirou a inevitável conclusão de que só por si implicam necessariamente decisão diversa da proferida Este dever, como é óbvio, é-lhe imposto pelo art.º 616º n.º 2 alínea b) do CPC aplicável aos despachos em processo penal e não pode ser confundido com as nulidades nominadas do processo penal, uma vez que o que está aqui em causa é o conteúdo do despacho.
5. E com isto se fica, sem sanar o que deve sanar, socorrendo-se da evasiva/desculpa estapafúrdia e esfarrapada, resvalando para o sofisma de que *isso seria apreciação substantiva dos fundamentos do seu despacho reclamado* e que *tal não era consentido pelo Código de Processo Penal* – vide ponto 3.3. do [despacho de 26.05.2020](#) (página 7 do mesmo).
6. EM SUMA: Acaba depois por *venire contr factum proprium* pois que no despacho anterior de 26.05.2020 não podia pronunciar-se porque *seria apreciação substantiva dos fundamentos do seu despacho reclamado* e que *tal não era consentido pelo Código de Processo Penal* e, agora no despacho seguinte e ora notificado já passou a questão a *decidida fundamentadamente*, bem sabendo que tal argumento lhe é proibido pela lógica jurídica.
7. Embuste este que o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro não teve pejo em recorrer para perpetuar a inversão da prova documental iniciada pela 1ª Denunciada Carolina Costa.

8. Ou seja, agora também pela mão do Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro, voltámos à «lengalenga» das inverdades dos Denunciados: de que “*foram decididas, fundamentadamente, todas as questões suscitadas*”; *não foi carreado qualquer novo elemento ou fundamento, de facto ou de direito, que determine alteração ao já decidido*; que *não existe qualquer nulidade que cumpra conhecer*, sendo que nenhuma destas asserções tem qualquer sustentáculo legal.
9. Para, assim, continuarem encobertos os actos dos Denunciados integrantes dos crimes de “Favorecimento pessoal praticado por funcionário”, “Denegação de Justiça” e “Abuso de poder”.
10. Com efeito, primeiro eram os Denunciados que mantinham a inversão da prova documental – prova documental essa que só por si implica necessariamente decisões diversas das proferidas –, dizendo de forma abstrata e genérica e bem sabendo não ser verdade que já se tinham pronunciado sobre a questão, isto é omitindo no que consistia essa questão e que estava em causa inversão de prova. Agora é o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro que, embora confirme a inversão da prova, a mantém, alegando ao invés também de forma abstrata e genérica que, pronunciar-se sobre a questão *seria apreciação substantiva dos fundamentos do seu despacho reclamado* e que tal *não é consentido pelo Código de Processo Penal*.
11. Isto é tão aberrante que, até parece que retrocedemos ao Regime da década de 60, em que um despacho desse Regime (agora nos nossos dias do M.P.) uma vez fundamentado com base numa mentira/inversão da prova documental, não se corrige para que fique de acordo com a prova existente, passa a mentira a ser a verdade.
12. Mas o certo é que, o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro, tendo sido obrigado a confirmar que *constam dos inquéritos documentos que só por si implicam necessariamente decisões inversas das proferidas*, em vez de corrigir as decisões proferidas para que fiquem de acordo com a prova documental existente, mudou de estratégia e, do seu despacho de 26-5-2020 para o despacho ora notificado, altera matreiramente a fundamentação da sua decisão (se é que se pode chamar de “decisão” a um acto descarado de denegação de justiça), de *“apreciação não consentida pelo Código de Processo*

Penal” para *questão já decidida*. Estamos aqui perante um vício tremendo que terá inevitavelmente de ser corrigido, sem o que não poderá haver paz.

13. Na verdade, desde que o Sr. Procurador Hélder Branco dos Santos, contra os aqui denunciados, deu como assente que a prova documental constante do inquérito 10960/17.7T9LSB tinha sido invertida que, o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro assumiu a condução dos presentes autos e, através do recurso a todos as habilidades inimagináveis, passou a ser ele que mantém a todo o custo a mentira iniciada pela 1ª Denunciada Carolina Costa.
14. Com efeito, primeiro, pelo seu [despacho de 24.02.2020](#), o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro começou por inverter a factualidade provada e não provada constante da sentença proferida no processo 2848/14.0BELSB para alegar que quem está certo são os Denunciados e não o Sr. Procurador Hélder Branco dos Santos.
15. Como esse seu ardil para não reparar de acordo com a prova documental existente as decisões proferidas não colou, então o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro, através do seu [despacho de 26.05.2020](#), depois de dar as mais inverosímeis desculpas para a sua inversão da factualidade provada e não provada constante da sentença proferida no processo 2848/14.0BELSB – *“de facto, por lapso que não se alcança, se fez menção de que os factos descritos logo de seguida haviam sido dados como provados, o que, efetivamente, contraria o documento em que assentou tal afirmação... Tal lapso – que, de facto, não deveria ter ocorrido, e que reconhecemos –, só é compreensível por razões de alteração de formulação de redação aquando da elaboração do despacho...”* –, passa à intrujice para continuar a não corrigir as decisões proferidas de acordo com a prova documental dizendo que o documento (a sentença proferida no processo 2848/14.0BELSB) *“sempre foi lido e considerado na perspetiva de estarem em causa factos não provados”*.
16. E o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro fez isto bem sabendo estar a faltar à verdade, porquanto bem sabia pela seguinte transcrição da Sra. Procuradora-Geral Adjunta Leonor Cruz Rodrigues no despacho de arquivamento dos presentes autos que, a 1ª Denunciada

Carolina Costa no Proc. 10960/17.7T9LSB, não só manobrou no sentido de transformar a referida factualidade não provada (e transitada em julgado) constante da sentença proferida no processo 2848/14.0BELSB em fingida factualidade assente, invertendo assim a referida prova documental que tinha à sua frente, como ainda foi mais longe inventando da sua cabeça que, *de uma avaliação (inexistente como agora está assente) se concluiu não ter o ora Requerente o perfil adequado e, só por essa razão, não foi renovado o seu vínculo, tendo o mesmo, necessariamente, caducado, e conseqüentemente o ora Requerente não consta do documento “relação nominativa dos colaboradores a transitar” (também inexistente) que disse que foi homologado pela Sra. Ministra da Agricultura e do Mar (quando bem se vê que não pode ter sido)*, para, tendo como único fundamento as suas deliberadas mentiras, decidir pela *inexistência sequer de suspeitas fundadas de que a exclusão do Requerente da ordenada transição integre a prática de crime por alguém, que permitissem a sua constituição como arguida, quanto mais para que fosse deduzida, contra a mesma, acusação:*

... analisada a documentação que se fez juntar aos autos, nomeadamente as certidões remetidas do processo n.º 2848/14.0BELSB...

De facto, por despacho da Ministra da Agricultura e do Mar com o n.º 13279-E/2014, de 31/10, foi ordenada a transição dos recursos humanos do PRODER para o PDR 2020, transição esta que deveria ter por base uma avaliação conjugada dos perfis de tal pessoal e dos perfis dos postos de trabalho do secretariado técnico do PDR 2020, a efectuar por gestor do PDR 2020, devendo este, seguidamente, elaborar uma relação nominativa dos elementos a transitar (lista esta que seria submetida a homologação da Ministra da Agricultura e do Mar).

... **Tal avaliação... coube à Gestora do PDR 2020, que até à data tinha exercido as funções de Gestora do PRODER 2007-2013, que a fez, tendo, na sua sequência, elaborado a relação nominativa dos colaboradores a transitar, tendo tal relação sido homologada pela Sra. Ministra da Agricultura e do Mar.**

De tal avaliação conjugada, ou seja, por comparação aos demais recursos humanos e às características das futuras funções a exercer, concluiu-se não ter o ora denunciante o perfil adequado e, por essa razão, não foi renovado o seu vínculo, tendo o mesmo, necessariamente, caducado.

Tendo em conta o supra exposto, teremos de concluir pela inexistência sequer de suspeitas fundadas da prática de crime por alguém, nomeadamente por Patrícia Cotrim, que permitissem a sua constituição como arguida, quanto mais para que fosse deduzida, contra a mesma, acusação.

17. Mais, para afastar da decisão os restantes documentos – indicados na [acusação do inquérito 239/18.2SHLSB](#) – que constam dos processos e que, só por si, também implicam necessariamente decisão diversa da proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB e, por conseguinte, diversa das decisões proferidas nos inquéritos 34/18.9TRLSB e presentes autos (19/19.8YGLSB), bem como, diversa ainda da proferida no âmbito do DA 4396/17, o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro afirma ainda que (v. primeiro parágrafo e ss. da página 6 do seu [despacho de 26.05.2020](#)):

... reportando-nos à afirmação na acusação do inquérito 239/18.2SHLSB, se conclui que *«De qualquer modo, mesmo na hipótese de se considerar que a afirmação feita na acusação acima referida é passível de ser classificada como elemento de prova, a mesma não constitui, contudo, para efeitos do presente inquérito, “um novo elemento de prova”.*

Todo o seu conteúdo e alcance, materializado nos documentos acima indicados, era já conhecido no presente inquérito aquando da prolação do despacho de arquivamento, tendo nessa decisão sido ponderado».

Ou, quando analisando a virtualidade de tal afirmação invalidar os fundamentos da decisão de arquivamento, caso pudesse constituir “*novo elemento de prova*”, se concluiu que *«A afirmação em causa, como decorre da explicação que se lhe segue, constata dois factos objetivos e documentalmente demonstrados no presente inquérito: (i) que na oposição deduzida na providência cautelar o Ministério da Agricultura e do Mar alegou ter sido efetuada avaliação do perfil dos colaboradores e elaborada lista nominativa; (ii) que, em declaração posterior, afirmou que os documentos indicados pelo requerente não existiam».* Resultando, claramente deste segmento, face à manifestação feita pelo Ministério da Agricultura, que se tinha como assente que os factos em causa tinham sido dados como *não provados*.

18. Isto é, como o Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos melhor explicou nos [art.ºs 20º a 22º do despacho de acusação do inquérito 239/18.2SHLSB](#) (que a seguir se transcreve), o Ministério da

Agricultura que antes na oposição deduzida na providência cautelar alegara ter sido efetuada “*avaliação do perfil dos colaboradores*” e “*lista nominativa dos colaboradores a transitar para o PDR 2020 homologada pela Sra. Ministra*”, donde resultara a não transição do Requerente para o novo serviço PDR 2020, em 21 de setembro de 2016, viu-se obrigado a reconhecer que mentira na oposição deduzida na providência cautelar e que na verdade **não houve avaliação para qualquer dos recursos humanos do PRODER nem foi elaborada qualquer lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020 a homologar pela Sra. Ministra – e, portanto, não foi em resultado de nenhuma avaliação que unicamente o Requerente não transitou para o novo serviço como transitaram todos os seus colegas (mais de 80) em igual situação contratual.** Facto que, por conseguinte, levou a que as alegações do Ministério da Agricultura na oposição que deduzira na providência cautelar fossem dadas como não provadas:

20.º - No âmbito da **citada providência cautelar**, o ora arguido, aí Requerente, requereu a junção aos autos da “*Lista nominativa*”, a que a Ré (Ministério da Agricultura) alude no n.º 24 da Contestação, uma vez que alega que a mesma foi homologada pela Senhora Ministra da Agricultura e do Mar em 07.11.2014 cfr. fls..., e bem assim da “*Avaliação conjugada dos perfis dos colaboradores do secretariado técnico do PRODER e dos perfis dos postos de trabalho do secretariado técnico do PDR 2020*” que diz ter realizado (vd., doc. de fls. 583v a 591v).

21.º - O Ministério do Agricultura e do Mar, em resposta a este pedido, comunicou aos autos em **21 de setembro de 2016** o seguinte: “[O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, notificado do duto despacho de fls..., vem, em cumprimento do mesmo, esclarecer, que solicitados os serviços da AG do PDR 2020 para aqueles efeitos se apurou não existirem, nem nunca terem existido os documentos indicados pelo Requerente, razão pela qual se não pode satisfazer o pedido.](#)” (vd., doc. de fls. 583).

22.º - Na decisão que **indeferiu a citada providência cautelar** constam entre os factos não provados o seguinte:

“Também não ficou provado que:

(...)

D) A Gestora do PRODER 2007-2013, entretanto nomeada Gestora do PDR 2020, tenha realizado a avaliação conjugada dos perfis do pessoal que

integra o secretariado técnico da autoridade de gestão do PRODER e do PRRN e dos perfis dos postos de trabalho do secretariado técnico do PDR 2020 a que se refere o nº 5 do Despacho nº 13279-E/2014 de 31.10.2014 Ministra da Agricultura e do Mar.

E) Essa mesma Gestora tenha elaborado a relação nominativa dos elementos a transitar para o secretariado técnico do PDR 2020 a ser submetida a homologação da Ministra da Agricultura e do Mar e a que também se refere o citado nº 5 do Despacho nº 13279-E/2014 de 31.10.2014” (vd. Sentença a fls. 1025-1037v).

19. EM SUMA: É o próprio Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro que no seu [despacho de 26.05.2020](#) dá também por assente que *está documentalmente demonstrado* que não houve avaliação para qualquer dos recursos humanos do PRODER nem foi elaborada qualquer lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020 (a homologar pela Sra. Ministra) e, portanto, não foi em resultado de nenhuma avaliação como fundamentou a 1ª Denunciada Carolina Costa no despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB que unicamente o Requerente não transitou para o novo serviço como transitaram todos os seus colegas em igual situação contratual.

20. Não restando portanto dúvidas que a seguinte fundamentação da 1ª Denunciada Carolina Costa para arquivar o inquérito 10960/17.7T9LSB é contrária a toda a prova documental que aquela tinha à sua frente – onde se inclui a confissão do próprio Ministério da Agricultura de que anteriormente tinha faltado à verdade, pois na realidade não tinha sido realizada qualquer “avaliação” nem qualquer “relação nominativa dos colaboradores a transitar” –, isto é, a prova documental existente invalida totalmente a fundamentação do despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB:

De facto, por despacho da Ministra da Agricultura e do Mar com o n.º 13279-E/2014, de 31/10, foi ordenada a transição dos recursos humanos do PRODER para o PDR 2020, transição esta que deveria ter por base uma avaliação conjugada dos perfis de tal pessoal e dos perfis dos postos de trabalho do secretariado técnico do PDR 2020, a efectuar por gestor do PDR 2020, devendo este, seguidamente, elaborar uma relação nominativa dos elementos a transitar (lista esta que seria submetida a homologação da Ministra da Agricultura e do Mar).

... Tal avaliação... coube à Gestora do PDR 2020, que até à data tinha exercido as funções de Gestora do PRODER 2007-2013, que a fez, tendo, na sua sequência, elaborado a relação nominativa dos colaboradores a transitar, tendo tal relação sido homologada pela Sra. Ministra da Agricultura e do Mar.

De tal avaliação conjugada, ou seja, por comparação aos demais recursos humanos e às características das futuras funções a exercer, concluiu-se não ter o ora denunciante o perfil adequado e, por essa razão, não foi renovado o seu vínculo, tendo o mesmo, necessariamente, caducado.

Tendo em conta o supra exposto, teremos de concluir pela inexistência sequer de suspeitas fundadas da prática de crime por alguém, nomeadamente por Patrícia Cotrim, que permitissem a sua constituição como arguida, quanto mais para que fosse deduzida, contra a mesma, acusação.

21. **Tendo em conta esta prova produzida pelo Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro de que constam do inquérito documentos que, só por si, implicam necessariamente decisão inversa da proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB, também não restam dúvidas que, nos termos do art.º 616º n.º 2 alínea b) do CPC, impõe-se em primeiro lugar que seja ordenada a reabertura e rectificação da decisão proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB para que fique de acordo com a prova documental que o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro refere.**
22. **E, conseqüentemente, a reabertura dos presentes autos para que se apure finalmente da razão, intenção, distração, erro ou outro motivo pelo qual a 1ª Denunciada Carolina Costa inverteu a prova documental que tinha à sua frente, bem como as razões e intenções dos restantes Denunciados para, em mais de 2 anos e 24 despachos que proferiram, nunca se terem pronunciado sobre a inversão da prova documental que o Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos viu imediatamente e o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro agora foi obrigado a confirmar, ao ponto de manterem até à presente data essa inversão da prova documental, apesar das suplicas do Requerente.**
23. Isto é, apurar se a recusa sistemática e consertada dos Denunciados em reparar a decisão proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB, para que

ficasse de acordo com a prova documental, não integra os crimes de “Favorecimento pessoal praticado por funcionário”, “Denegação de Justiça” e “Abuso de poder”.

24. Devendo os presentes autos correr igualmente contra a Sra. Procuradora-Geral Adjunta Leonor Cruz Rodrigues, inicialmente titular destes autos, porquanto, como o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro nos diz – *todo o conteúdo e alcance da prova, materializado nos documentos acima indicados, era já conhecido no presente inquérito aquando da prolação do despacho de arquivamento, tendo nessa decisão sido ponderado* (v. transcrição do [despacho de 26.05.2020](#) indicada no n.º 14) –, aquela magistrada sempre soube da inversão da prova documental e continuou também ela, contra a verdade dos factos, a defender de forma abstrata e genérica o acerto das decisões dos Denunciados que mantinham a inversão da prova documental, em vez de ordenar a reparação da decisão proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB para que ficasse de acordo com a prova documental existente.
25. É que embora o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro queira a todo o custo encobrir os actos ilícitos dos seus magistrados ao mesmo tempo que agrada ao poder que possa influir na sua carreira profissional, não pode querer que para manter subterrada a corrupção denunciada na atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020 o inquérito 10960/17.7T9LSB se mantenha arquivado fundamentado na mentira (inversão da prova documental existente) de que o Ministério da Agricultura fez a “*avaliação*” e “*lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020*” ordenadas no Despacho Ministerial n.º 13279-E/2014 de 31.10.2014 e, para isentar os Magistrados aqui denunciados dessa inversão da prova, mantenha os presentes autos também arquivados, mas desta feita com o fundamento contrário e de que estes quando proferiram as suas decisões de manter a inversão da prova no inquérito 10960/17.7T9LSB tal inversão *era já do seu conhecimento e foi ponderada* – é que ponderada, só se tiver sido em função dos interesses dos corruptos em detrimento da verdade dos factos.
26. É que tal, só se compreende como um acto de gabarolice saloia de quem quer demonstrar o poder absoluto e prepotente de, através das

funções que exerce, poder inverter totalmente a prova e a verdade dos factos para que as decisões que profere saiam conforme os seus próprios interesses pessoais e, mesmo que tenha de admitir que inverteu a verdade dos factos e a prova, consegue mesmo assim fazer prevalecer a sua arbitrariedade.

27. Só isto explica por que é que, depois de vários anos de insistência do Denunciante de que a prova documental tinha sido invertida, com os Denunciados e outros magistrados do M.P. sempre a negaram tal inversão da prova – perfazendo já cerca de 40 os despachos em defesa da mentira iniciada pela 1ª Denunciada Carolina Costa –, e de duas detenções do Denunciante nos calabouços do Campus da Justiça por ordem da Sra. Procuradora-Geral da República Lucília Gago por o Denunciante divulgar por meio de um cartaz à porta do edifício sede da Procuradoria-Geral da República a verdade agora revelada da inversão da prova, quando o próprio Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro se viu obrigado a admitir constarem dos inquéritos prova documental que só por si implica necessariamente decisões diversas das proferidas saltou logo para a «patranha» de que não podia corrigir essas decisões, para que ficassem de acordo com a prova documental existente, porque *seria apreciação substantiva dos fundamentos do seu despacho reclamado* e que tal *não era consentido pelo Código de Processo Penal*. Parece coisa de bailarinos, quando dançam mal dizem que é o chão que está torto.
28. Será que o “*Código de Processo Penal*” seguido pelo Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro só permite que os seus magistrados invertam a prova documental que têm à sua frente?
29. Se a moda pega, vamos ter todos os magistrados que colocam à frente da Justiça as suas carreiras profissionais a inverterem as provas que têm nos autos sempre que isso possa agradar a quem influi nas suas carreiras, pois perante a reclamação desse acto de inversão basta-lhes-á responder que não podem repara-lo porque *isso seria apreciação substantiva dos fundamentos do despacho reclamado*, e que tal *não é consentido pelo Código de Processo Penal*, para assim prevalecer a sua arbitrariedade em detrimento da prova documental.

30. Foi por bem saber que esta sua «patranha» não enganava ninguém que, no [despacho seguinte e ora notificado](#), o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro se apressou a alterar o fundamento da sua decisão abstrata de manter tudo na mesma, nomeadamente a referida inversão da prova documental, de “*apreciação não consentida pelo Código de Processo Penal*” para *questão já decidida*.
31. Com esta habilidade grosseira e dizendo agora que “*nada há a acrescentar*” ao que nada disse anteriormente, o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro fez prevalecer a sua vontade de ficar omissa da sua decisão a inversão da prova documental e de manter as decisões proferidas que contrariam a verdade dos factos e a prova documental – que, como se viu acima, ele próprio também confirmou existir –, continuando assim a afastar da esfera criminal as condutas dos aqui Denunciados nos referidos inquéritos bem como a corrupção denunciada na atribuição dos dinheiros públicos PRODER/PDR 2020 por parte do Ministério da Agricultura.
32. Corrupção essa sobre a qual o M.P. sempre se negou a dizer uma palavra se quer em qualquer dos inquéritos que abriu.
33. Com efeito, a 1ª Denunciada Carolina Costa varreu para debaixo do tapete os actos de corrupção na atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020 denunciados, invocando como fundamento as seguintes inverdades para também arquivar esta questão (vide [1º parágrafo e ss. da página 8 do despacho de arquivamento do Proc. 10960/17.7T9LSB](#)):

Quanto a esta concreta questão, apenas caberá dizer ter sido tal facticidade objecto de análise no acima mencionado inquérito n.º 7892/14.4TDLSB, o qual, como também já supra referido, teve início com queixa-crime efectuada pelo ora denunciante, onde se concluiu pela inexistência de indícios da prática de crimes, conclusão esta com a qual se concorda.

Entende o arguido que tal facticidade, consubstanciadora da prática de diversos crimes de corrupção, deveria ter sido denunciada pelo Ministério da Agricultura e que, tal omissão, pode configurar a prática do crime de favorecimento pessoal.

Ora, quanto ao descrito e em suma, apenas nos cabe referir que, entendendo o Ministério da Agricultura inexistir facticidade susceptível

de integrar a prática de crime (como, aliás, se conclui no inquérito-crime n.º 7892/14.4TDLSB), não teria, necessária e consequentemente, qualquer obrigação de denúncia de tais factos.

34. Ora, o primeiro fundamento de tal factualidade ter sido objecto de análise no inquérito n.º 7892/14.4TDLSB é falso, porque nesse inquérito a mesma 9ª Secção (do DIAP) da 1ª e 2ª Denunciadas pronunciou-se sobre matéria bem diversa da constante da queixa-crime apresentada.

Com efeito, já nesse inquérito a 9ª Secção da 1ª e 2ª Denunciadas fundamentou a respectiva decisão com base na inversão da verdade dos factos. Tanto que o mesmo até diz que *a queixa-crime efectuada pelo denunciante surgiu como uma espécie de retaliação do denunciante por ter sido afastado das suas funções no fim do contrato de trabalho que possuía*. (v. [quarto parágrafo da pág. 16 do respetivo despacho de arquivamento](#)). Quando, como já vimos atrás pela prova documental que os Denunciados têm vindo a subverter a todo o custo, o afastamento do denunciante das suas funções não resultou do fim do seu contrato de trabalho mas sim de um mero arbítrio pessoal da Gestora do PRODER/PDR 2020 que se denegou de praticar o acto conforme lhe tinha sido ordenado pelo Governo e, assim, impediu o Denunciante de continuar no exercício das suas funções, pois na verdade, o vínculo laboral do Denunciante não terminou, uma vez que o despacho ministerial o substituiu por um novo vínculo com o PDR 2020.

E basta ver que a denúncia dos actos de corrupção, contrariamente ao que o M.P. fez crer no despacho de arquivamento do inquérito n.º 7892/14.4TDLSB, foi apresentada a toda a Gestão do PRODER a 16/04/2014, portanto, mais de 6 meses antes de o Denunciante ter sido afastado das suas funções, para se tornar evidente que não existe qualquer espécie de retaliação do denunciante, mas o encobrir dos actos apontados 6 meses antes, **constituindo o próprio acto de exclusão do Requerente da ordenada transição (que os aqui Denunciados querem omitir a todo o custo) o ilícito penal de encobrimento da prática desses outros ilícitos criminais.**

Tal como já se viu que fez a 1ª Denunciada Carolina Costa no inquérito 10960/17.7T9LSB, o inquérito n.º 7892/14.4TDLSB, não só adultera a

verdade finalmente confirmada pelo Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos no [despacho de acusação do inquérito 239/18.2SHLSB](#) (e agora também confirmada pelo Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro) de que, o denunciante só foi *afastado das suas funções*, porque a Gestora Patrícia Cotrim, num acto ilícito de abuso do poder, desobedeceu à ordenada transição dos recursos humanos que integravam o PRODER para o PDR 2020, para posterior “*avaliação conjugada*” e actualização dos contratos de trabalho nos termos dos n.º 5 e 6 do Despacho n.º 13279-E/2014, respectivamente. Mas acima de tudo porque, estando nos documentos que instruem a denúncia a prova de que o **Requerente denunciou internamente a situação à Gestão do PRODER (Sra. Gestora e Gestores Adjuntos) em 16 de abril de 2014, sem que lhe tenham dado qualquer resposta nem atuado para alterar a situação que considerava irregular e ilícita, e depois, em julho de 2014, deu a conhecer esses factos à nova Gestora do PRODER, também sem qualquer resposta** (facto confirmado no art.º 10º do [despacho de acusação do inquérito 239/18.2SHLSB](#)), e constituindo, ainda, esses documentos meio de prova da prática de infração disciplinar e criminal contra os denunciados, Gabriela Ventura, Rui Martinho, Rita Barradas e Patrícia Cotrim por não terem cumprido as suas obrigações legais em caso denúncia da prática de actos de corrupção (como posteriormente o Ministério da Agricultura foi obrigado a confessar expressamente), o certo é que, apesar de sobre estes factos os denunciados nada dizerem, até que sobre eles não foram interrogados, o Ministério Público no Proc. n.º 7892/14.4TDLSB desprezou-os por completo para poder afirmar, sem investigação e avaliação, que a “*queixa surge como uma espécie de retaliação do denunciante*”.

Na verdade à denúncia de 16/04/2014 retaliou a Sra. Gestora posteriormente, dirigindo-se somente ao Requerente – e não a mais nenhum dos seus colegas com igual contratação, mantendo este ainda o seu vínculo contratual – do seguinte modo:

- a) *Denunciou o seu contrato de trabalho a 22 de outubro de 2014 com efeitos previsíveis a partir de 31 de outubro de 2014;*

- b) *Desativou a sua conta no sistema informático de acesso à sua área de trabalho em 23 de outubro de 2014 (impedindo-o assim de exercer a sua atividade);*
- c) *E afastando-o em 27 de outubro de 2014 do acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas Europeu ao sistema de gestão do PRODER que se iniciava nesse dia;*

Estes factos estão confirmados no art.º 10º do [despacho de acusação do inquérito 239/18.2SHLSB](#).

Por outro lado, por um acto de inversão da Justiça, a referida 9ª secção do DIAP tratou o Denunciante como arguido, tratamento que ainda dá à data do despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB, como se vê pela transcrição indicada no n.º 29 onde lhe chama de “arguido”. Facto que demonstra bem a actuação concertada entre os denunciados do Ministério da Agricultura naquele inquérito (bem como com António Crisóstomo Fernandes e Maria Gabriela Farracha Ricardo Gaspar de Freitas também do Ministério da Agricultura) e os magistrados do M.P. denunciados nos presentes autos. E permitiu que os respectivos denunciados se apresentassem no inquérito n.º 7892/14.4TDLSB como testemunhas da sua própria inocência e que fossem os próprios denunciados a determinar sobre que matéria incidiria o inquérito e os seus depoimentos, resultando desse acto a falta de pronunciamento por parte do Ministério Público sobre a maioria dos factos denunciados e seus autores, pois os denunciados retiraram do inquérito a factualidade denunciada mais gritante – como por exemplo, a denunciada atribuição ilegal de subsídios públicos PRODER à Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide e a todos os pedidos análogos apresentados ao GAL ADER-AL (segundo facto indicado no final deste número) ou sobre o quarto facto também indicado no final deste número, sobre os quais o Ministério Público acabou por não dizer nem uma palavra.

E sobre os factos denunciados sobre os quais o Ministério Público se pronunciou, atenta este órgão apenas no dito dos denunciados feitos testemunhas a favor de si próprios para lograrem deturpar os factos como lhe apeteceu, sobre os quais o Ministério Público passa o pano aquiescendo apenas a que “*não são mais que correções que a então chefia do denunciante podia e devia fazer*”.

O Ministério Público, sem fazer a confrontação da prova documental que instruiu a denúncia com os depoimentos – que lançaria por terra essas incoerências, visto que a prova documental contradiz totalmente as afirmações destes –, passou a chamar-lhes “irregularidades” e a afirmar que “*tais irregularidades são desmanteladas ao longo do inquérito*”, sem dizer quais os factos que constituem as *irregularidades desmanteladas* nem o direito que lhes é aplicável ou não aplicável.

Não indica em que consistem as *correções* possíveis nem o direito que permite fazê-las, pelo que, sem factos e sem direito, não poderia afirmar-se que não há ilícito de abuso do poder.

É claro que, sem concretizar os factos e o direito não poderia o autor do despacho no inquérito n.º 7892/14.4TDLSB afirmar – como Garcia Pereira já referiu no programa televisivo de Alexandra Borges ser apanágio do M.P. – que *não há preenchimento de qualquer ilícito*.

Aliás, a presente reclamação é bem demonstrativa que, quando se trata das condutas ilícitas do poder político que pode influir nas carreiras dos magistrados do M.P., este só tem duas respostas possíveis: ou “*não há preenchimento de qualquer ilícito*” ou “*nada a acrescentar*” – ao que nada disse anteriormente.

FACTOS DENUNCIADOS NOS QUAIS O REQUERENTE VISLUMBROU SINAIS DE CORRUPÇÃO

Primeiro facto:

Beneficiário: NATURDELTA

Pedido formulado pelo Beneficiário: Pedido de subsídio para compra autocaravanas para alugar por conta própria (PA 241 no GAL ADER-AL).

São requisitos da concessão do subsídio os seguintes:

Dispõe o artº 9º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio:

Artigo 9.º

Investimentos elegíveis e não elegíveis

Os investimentos elegíveis e não elegíveis são, designadamente, os constantes do anexo II ao presente Regulamento.

ANEXO II

Investimentos elegíveis e não elegíveis

(a que se refere o artigo 9.º)

Investimentos elegíveis

Acção Tipologia de investimento 3.1.1, «Diversificação de actividades na exploração agrícola».

a) Empreendimentos de turismo no espaço rural (TER), no grupo de agro-turismo.

b) Parques de campismo e caravanismo.

c) Turismo de natureza nos tipos e grupos de empreendimentos turísticos referidos nas alíneas a) e b) deste número.

d) Serviços de recreação e lazer.

e) Actividades pedagógicas.

f) Actividades turísticas associadas à caça e pesca lúdica em águas interiores.

g) Produção de bens resultantes de actividades de transformação (quer sejam produtos constantes do anexo I do Tratado ou não).

h) Pontos de venda directa dos bens produzidos na exploração (quer sejam produtos constantes do anexo I do Tratado ou não).

i) Outras actividades e serviços a terceiros desde que não elegíveis noutras acções do PRODER.

...

Síntese do relatório do Requerente:

A Beneficiária formulou o pedido de subsídio para compra autocaravanas para alugar a quem o solicite.

Ora, face ao disposto no art.º 9º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio, anexo II, b) (acima transcrito), o subsídio aí contemplado destina-se a investimento na construção de *Parques de campismo e caravanismo*.

A pretensão da NATURDELTA não menciona a intenção de construir ou explorar um parque de campismo e caravanismo, mas outro alojamento local. Razão pela qual o relatório do Requerente refere o seguinte:

Relativamente ao Pedido da NATURDELTA, é de referir ainda que o Técnico que analisou este pedido considerou não elegível o investimento na aquisição de caravanas por o mesmo sair fora da actividade indicada no formulário de candidatura (CAE 55300) e constituir uma tipologia de alojamento (outro alojamento local) não elegível no âmbito da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio. Contudo, a única fonte de receitas da operação é o aluguer dessas mesmas caravanas. Ora se não existem outras fontes de receitas para a operação, nomeadamente as receitas normais dos Parques de Campismo, não se pode considerar que a operação constante do Pedido da NATURDELTA seja elegível no âmbito da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio. Motivo pelo qual é de recomendar que o TA reveja o seu parecer de forma a alterar o mesmo de Favorável para Não Favorável, uma vez que deste modo a operação não tem qualquer viabilidade económica – não cumpre a condição de acesso constante da alínea e) do n.º 1 do Art.º 8º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio –, pois o que lhe dá a viabilidade é exactamente os investimentos não elegíveis que, como tal, estão fora da operação.

Em suma, o investimento que o Beneficiário pretendia realizar não se enquadra no Código das Actividades Económicas (CAE) 55300, pelo que não pode ser-lhe atribuído subsídio.

O investimento para o qual a NATURDELTA pretendia o subsídio dependia das seguintes condições:

Compreende as actividades destinadas a colocar à disposição do campista, caravanista, a título oneroso, locais reconhecidos administrativamente, munidos de

instalações sanitárias. Inclui locais de acampamento temporário para tendas ou sacos-cama.

Não inclui:

- Pousadas de juventude e abrigos de montanha (55204);
- Aluguer de tendas de campismo (77290);
- Aluguer de caravanas (77390);

A Beneficiária não apresentava reconhecimento administrativo do local de investimento destinado a colocar à disposição, a título oneroso, do campista/caravanista;

Assim como não apresentava prova da existência de instalações sanitárias.

Concluiu, assim, o Requerente que a pretensão violava a Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio, pelo que não seria de atribuir o subsídio.

Conhecendo a realidade dos factos expostos pelo Requerente no seu relatório, a sua superior hierárquica Sílvia Diogo, com intensão de atribuir ilegalmente o subsídio, sabendo que a Lei não lhe permitia atribuí-lo, instruiu a NATURDELTA, apesar do prazo para entrega ter terminado em 28/08/2013, para fazer outro pedido, corrigindo (contra a verdade) que o subsídio era para um parque de campismo, bem sabendo que não era e, deste modo, aceitou o pedido forjado, ainda, em 08/01/2014. Sílvia Diogo furtou-se à legalidade do relatório do Requerente, eliminando o que era legal que substituiu pelo seguinte que é inverídico:

Relativamente ao Pedido da NATURDELTA, verificamos que o Técnico Analista analisou os investimentos, em termos do enquadramento na atividade indicada no formulário de candidatura (CAE 55300).

Aparentou, pois, a superior hierárquica Sílvia Diogo, esta concordância com o Requerente mas teve o cuidado de suprimir o essencial do seu parecer que consistia na não atribuição do subsídio e os incumprimentos invocadas para a não atribuição do subsídio.

Contudo, mandou atribuir o subsídio, mesmo fora do prazo da candidatura.

Esta conduta da sua superior induziu no Requerente a ideia que estava a actuar por corrupção.

Segundo facto:

Beneficiário: Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide

Pedido formulado pelo Beneficiário: Pedido de subsídio para apetrechar um novo lar de terceira idade sem acordo de cooperação com a Segurança Social (PA 212 no GAL ADER-AL).

São requisitos da concessão do subsídio os seguintes:

Parecer da Segurança Social, obrigatório de acordo com a alínea d) do n.º 3, do art.º 8.º da Portaria n.º 521/2009, de 14 de Maio.

No sentido de interpretação e cumprimento desta disposição legal pronunciou-se o e-mail de 21 de Março de 2013 da Gestora do PRODER Dra. Gabriela Ventura, nos seguintes termos:

“Foi transmitido à Autoridade de Gestão do PRODER, pelo Exmo Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, em reunião realizada hoje, a indisponibilidade do respectivo Ministério para celebrar acordos de cooperação com

as IPSS ou instituições legalmente equiparadas, dos quais decorram encargos orçamentais adicionais.

Em consequência e para efeitos da análise de projetos candidatados ao abrigo da Ação 3.2.2 do PRODER, o Parecer da Segurança Social, obrigatório de acordo com a alínea d) do n.º 3, do art.º 8.º da Portaria n.º 521/2009, de 14 de Maio, deverá pronunciar-se expressamente sobre a referida matéria, designadamente sobre a necessidade ou não de celebração dos referidos acordos de cooperação e sobre a (in)disponibilidade orçamental para os celebrar. Caso tal não aconteça, o GAL deve solicitar novo parecer que satisfaça claramente este requisito.

Sempre que não seja expressamente referida no Parecer da Segurança Social a desnecessidade de celebração de acordo de cooperação ou a disponibilidade orçamental para celebrar o mesmo, o projecto não reúne, naturalmente, as condições para ser financiado pelo PRODER e não pode ser aprovado.

Relativamente aos projectos abrangidos por esta comunicação, que ainda não estejam contratados, deve o GAL solicitar novo parecer que cumpra o requisito aqui enunciado.”

Síntese do relatório do Requerente:

No pedido da Beneficiária faltava o Parecer da Segurança Social que referisse expressamente *a desnecessidade de celebração de acordo de cooperação ou a disponibilidade orçamental para celebrar o mesmo*, conforme determina o e-mail de 21 de Março de 2013 da Gestora do PRODER Dra. Gabriela Ventura.

Por esta razão não poderia ser atribuído o subsídio.

Porém, a superior hierárquica do Requerente Sílvia Diogo alterou o relatório que impedia a atribuição legal do subsídio de modo a defraudar a lei, nomeadamente o legalmente determinado no e-mail de 21 de Março de 2013 da Gestora do PRODER Dra. Gabriela Ventura. Para tanto, serviu-se das seguintes expressões alheias ao espírito da lei:

Conjugando este parecer da Seg. Social, com a comunicação da Sra. Gestora do PRODER de 21/03/2013, os projectos que aumentem o número de utentes ou desenvolvam uma nova valência sem garantia de novos acordos de cooperação, como é o caso do PA 212 na parte imputável ao novo Lar, só poderão ter parecer favorável por parte do GAL, **caso esteja assegurado (ex. Lista de espera), que existem receitas que visam substituir as receitas provenientes dos acordos de cooperação**, para que a operação seja sustentável pelo período de 3 anos após o termo do investimento. Motivo pelo qual, recomendamos que, o parecer deste pedido de apoio (e restantes casos semelhantes) seja revisto, no sentido de assegurar, o cumprimento das condições de acesso da operação, de apresentar coerência técnica, económica e financeira e sustentabilidade económico-financeira adequada para o período de três anos após o seu termo.

... o GAL deve proceder à revisão de todas as análises e pareceres dos PA apresentados às Acções 3.1.1 e 3.2.2, nos exactos termos recomendados, e só após comunicação ao STA das acções correctivas subsequentemente realizadas, tanto nos PA seleccionados como nos outros que as mesmas se apliquem, é que o universo de PA às Acções 3.1.1 e 3.2.2 considerado neste Controlo de Qualidade poderá ser enviado para validação orçamental da A.G.

Terminando por conceder o subsídio sem dar qualquer explicação ao Requerente.

A conduta da Sílvia Diogo, contrariando a legalidade expressada pelo Requerente no seu relatório para conceder um subsídio indevido criou

suspeitas que estava a ser manobrada por alguma compensação, o que para usar um termo coloquial constituiria corrupção.

Terceiro facto:

Beneficiário: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova

Pedido formulado pelo Beneficiário: Pedido de subsídio para custear despesas de reparação e conservação do edifício municipal (PA 141 no GAL Terras de Sicó).

São requisitos da concessão do subsídio os seguintes:

Dispõe o artº 10º da Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio:

Artigo 10.º

Despesas elegíveis e não elegíveis

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do anexo II ao presente Regulamento.

Anexo II

Despesas elegíveis e não elegíveis

(a que se refere o artigo 10.º)

1 — Despesas elegíveis comuns

Investimentos materiais:

1) Equipamentos novos — compra, incluindo a locação financeira, quando for exercida a opção de compra e a duração desses contratos for compatível com o prazo para apresentação do último pedido de pagamento, designadamente:

1.1) Máquinas e equipamentos novos, incluindo equipamentos informáticos;

1.2) Equipamentos específicos — sistemas energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia — aquisição e instalação;

2) As contribuições em espécie — desde que se refiram ao fornecimento de equipamento ou de trabalho voluntário não remunerado.

Investimentos imateriais (associados a investimento material):

1) Despesas gerais — estudos técnicos, honorários de arquitectos, engenheiros e consultores e actos administrativos relativos à obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente à licença de construção e ao exercício da actividade nos termos da legislação sobre licenciamento, são elegíveis até 5 % do custo total elegível aprovado;

2) Software standard e específico — aquisição;

3) Processos de certificação reconhecidos;

4) Promoção e divulgação, designadamente:

4.1) Material informativo — concepção e produção;

4.2) Plataforma electrónica — construção;

4.3) Produtos e serviços electrónicos — concepção.

2 — Despesas elegíveis específicas

Acção n.º 3.2.1

Investimentos materiais:

1) *Edifícios e outras construções — obras, designadamente:*

1.1) *Edifícios e construções relativos a património rural de interesse colectivo — obras de preservação, de refuncionalização do espaço interior e de ampliação;*

1.2) *Edifícios e construções de traça tradicional, localizados em pequenos aglomerados populacionais rurais ou relacionadas com actividades agrícolas e florestais — obras de preservação de telhados e fachadas;*

2) *Sinalética de locais de interesse e de itinerários culturais.*

Investimentos imateriais (associados a investimento material):

1) *Estudos de inventariação do património rural, bem como do «saber - fazer» antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral e de levantamento de expressões culturais tradicionais imateriais individuais e colectivas;*

2) *Publicações ou registos videográficos e fonográficos com conteúdos relativos ao património cultural — edição e produção.*

Acção n.º 3.2.2

Investimentos materiais:

1) *Edifícios — construção e obras de adaptação e remodelação das instalações, designadamente:*

1.1) *Edifícios e construções directamente ligados às actividades a desenvolver;*

1.2) *Edifícios relativos à resposta social elegível — construção e arranjos exteriores, incluindo equipamento electromecânico e equipamento fixo — custo máximo por utente, em euros, é o seguinte:*

1.2.1) *Serviços de apoio à infância — 9350;*

1.2.2) *Centro de actividades ocupacionais — 20 250;*

1.2.3) *Centro de dia — 10 200;*

1.2.4) *Centro de dia se acoplado exclusivamente a lar de idosos — 4850;*

1.2.5) *Lar de idosos — 30 650;*

1.2.6) *Lar residencial e residência autónoma — 32 050;*

1.2.7) *Serviço de apoio domiciliário — 720.*

Nas situações em que o projecto inclua mais do que uma resposta, elegível ou não elegível, com excepção do serviço de apoio domiciliário, aplica-se um coeficiente de simultaneidade de 0,9 ao custo máximo de construção por utente, determinando a sua redução.

2) *Equipamentos novos — compra, incluindo a locação financeira — custo máximo por utente de cada resposta social elegível, em euros, é o seguinte:*

2.1) *Serviços de apoio à infância — 850;*

2.2) *Centro de actividades ocupacionais — 2580;*

- 2.3) *Centro de dia* — 560;
- 2.4) *Centro de dia se acoplado exclusivamente a lar de idosos* — 265;
- 2.5) *Lar de idosos* — 2790;
- 2.6) *Lar residencial e residência autónoma* — 1750;
- 3) *Viaturas* — aquisição incluindo a locação financeira, desde que específicas para os serviços básicos a que se destinam.

3 — Despesas não elegíveis comuns

Investimentos materiais:

1) *Edifícios* — aquisição de imóveis e despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas e adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto.

Investimentos imateriais (associados a investimento material):

- 1) *Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;*
 - 2) *Despesas com constituição de cauções relativas aos adiantamentos de ajuda pública;*
 - 3) *Juros das dívidas;*
 - 4) *Custos relacionados com contratos de locação financeira, como a margem do locador, os custos do refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;*
 - 5) *IVA nas seguintes situações:*
 - 5.1) *Regime de isenção ao abrigo do artigo 53.º do CIVA;*
 - 5.2) *Regime normal;*
 - 5.3) *Suportado pelo Estado ou por qualquer organismo público;*
 - 5.4) *Regimes mistos:*
 - 5.4.1) *Afectação real* — no caso de a actividade em causa constituir a parte não isenta da actividade do beneficiário;
 - 5.4.2) *Pro rata* — na percentagem em que for dedutível.
- 4 — *Despesas não elegíveis específicas*

Acção n.º 3.2.1

Investimentos materiais:

1) *Edifícios e outras construções* — obras de preservação, designadamente: edifícios e construções de traça tradicional, localizados em pequenos aglomerados populacionais rurais ou relacionadas com actividades agrícolas e florestais — interior dos edifícios e arranjos do espaço envolvente.

Síntese do relatório do Requerente:

O Beneficiário formulou o pedido de subsídio para custear despesas de reparação e conservação do edifício municipal.

... conforme expresso no modelo de análise, enquadrou a respectiva operação na tipologia de “Preservação do património rural construído” prevista no Aviso de Abertura do concurso, por o investimento visar a recuperação das fachadas de um edifício seiscentista, e classificado como imóvel de Interesse Público, constatou-se que tal intervenção não se encontra incluída em nenhum Plano de Intervenção Integrado – muito embora tenha sido solicitado ao GAL tal evidência e até ao momento não tenha havido qualquer resposta – pelo que, conseqüentemente, a

operação não cumpre a condição de acesso constante da alínea d) do n.º 1 do Art.º 8º do Regulamento de Aplicação – “Estarem incluídos num plano de intervenção integrado, quando se trate de recuperação de telhados e fachadas de edifícios e construções de traça tradicional” – pois o documento apresentado pelo promotor para o efeito não consubstancia um Plano de Intervenção nos termos definidos. Por outro lado, embora se verifique que esta intervenção se encontra prevista no Plano Plurianual de Investimento do ano de 2012 do Município de Condeixa, a mesma encontra-se prevista na rubrica “Reparação, Conservação e Beneficiação de Edifícios Municipais”, facto que só por si indica estarmos na presença de uns meros trabalhos de conservação de um edifício onde funciona os serviços do município e não na presença de uma intervenção integrada num plano de intervenção mais vasto. Motivos pelos quais se considerou que a referida operação não tinha enquadramento na Acção 3.2.1. e se recomendou que o parecer técnico fosse alterado para “Não favorável”. Posteriormente, em 06/12/2013, face às conclusões preliminares deste CQ (emitidas a 15/11/2013), o GAL veio apresentar um relatório que é parte integrante do Plano Director Municipal de Condeixa-a-Nova que, segundo o mesmo, visa “a inclusão dos elementos patrimoniais na consciência das populações...” e “pretende sistematizar de forma clara e eficaz os elementos marcantes do concelho de Condeixa”, isto é, que se limita a identificar os núcleos com elementos patrimoniais de interesse, bem como a classificar de um modo geral esse património em termos de grau de importância, uso actual e estado de conservação. Contudo, embora o referido relatório termine dizendo que “estando grande parte do património arquitectónico abandonado, em más condições de conservação, ou mesmo em estado de ruína, devem procurar-se estratégias de recuperação eficazes que garantam e salvaguardem a memória da história das sociedades através da manutenção dos seus símbolos construídos”, mas não indica nem recomenda qualquer intervenção específica sobre o edificado objecto da operação, limitando-se a indicar as linhas gerais a ter em atenção nas metodologias de reabilitação e recuperação do património – sejam elas quais forem –, referindo mesmo que essas metodologias, tal como o património a intervir, serão definidas num próximo Plano Director Municipal. Razão pela qual, mantemos a nossa recomendação de que o parecer técnico do PA 141 seja alterado para “Não favorável”.

Assim, em resumo, o pedido era formulado a coberto da rubrica “*Reparação, Conservação e Beneficiação de Edifícios Municipais*”.

Porém, o artº 10º da Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio decreta despesas não elegíveis “*Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações*”.

Por outro lado, faltava ainda o documento justificativo da intervenção exigido na alínea d) do n.º 1 do Art.º 8º da Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio.

Assim sendo, era de indeferir a atribuição do subsídio.

Mas mais uma vez, sem qualquer explicação, a superior hierárquica do Requerente Sílvia Diogo, contrariando a regra legal aplicável ao caso modificou o relatório do Requerente com o propósito de atribuir, tal como atribuiu, um subsídio a que o beneficiário não tinha direito.

Para defraudar a Lei, Sílvia Diogo, ensinou o beneficiário a mentir, dizendo que o subsídio era para aquilo que não era, ou seja que era para reabilitação e recuperação do património arquitectónico abandonado indicado num plano de intervenção, bem sabendo que tal procedimento era proibido por Lei.

Deste modo, a conduta relapsa da sua superior fez com que, o Requerente considerasse que ela havia sido corrompida pelo beneficiário.

Quarto facto:

Beneficiários:

Acção	N.º PA	Promotor
3.1.2	1	Dina Rosália dos Reis Cardoso
3.1.2	25	Rufino Manuel Rodrigues Xavier
3.1.2	38	Taberna da Helena, Unipessoal Lda.
3.1.2	40	Liliana Marisa de Sousa Lopes
3.1.2	45	Maria Palmira Gonçalves
3.1.2	47	Carla Alexandra Pousada Carvalheiro
3.1.2	56	Maria Antónia Gomes Peixoto Santos
3.1.2	59	Virgílio do Nascimento Azevedo
3.1.2	63	Frederico José Rodrigues Teixeira
3.1.2	89	Óscar Paulo Romano

Pedidos formulados pelos Beneficiários: Pedidos de subsídio apresentados ao GAL “DESTEQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente” para criação ou desenvolvimento de microempresas.

São requisitos da concessão do subsídio os seguintes:

Dispõe os artºs 7º e 8º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio:

Artigo 7.º

CrITÉRIOS de elegibilidade dos beneficiários

1 — Os candidatos aos apoios previstos no presente Regulamento devem reunir as seguintes condições:

- a) Encontrarem -se legalmente constituídos, quando se trate de pessoas colectivas;*
- b) Possuírem capacidade profissional adequada à actividade a desenvolver;*
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente possuírem a situação regularizada em matéria de licenciamentos;*
- d) Possuírem a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social;*
- e) Não estarem abrangidos por quaisquer disposições de exclusão resultantes de incumprimento de obrigações decorrentes de quaisquer operações co-financiadas anteriores realizadas desde 2000;*
- f) Estarem ou comprometerem-se a estar, à data da celebração do contrato de financiamento, no regime fiscal de contabilidade organizada ou, se inserido no regime simplificado, disporem de um sistema de contabilidade nos termos das normas RICA ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito;*
- g) Possuírem uma situação económica e financeira equilibrada demonstrada através do rácio de autonomia financeira (AF) pré-projecto de 15%, devendo os indicadores pré-projecto ter por base o ano anterior ao do ano da apresentação do pedido de apoio, ou, nos casos em que exista investimento em data anterior, ao ano anterior ao início do projeto.*

2 — Para além do cumprimento dos critérios mencionados no número anterior, os candidatos aos apoios previstos na acção n.º 3.1.1 devem ainda ser titulares de uma exploração agrícola ou, caso sejam membros

do agregado familiar do titular, estarem legalmente autorizados a utilizar os meios de produção da exploração agrícola directamente relacionados com a operação, durante um período de cinco anos a contar da data de celebração do contrato de financiamento ou até ao termo da operação, quando este ultrapassar os cinco anos.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS de elegibilidade das operações

1 — Podem beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento os investimentos que se enquadrem nos objectivos previstos no artigo 2.º e nos investimentos elegíveis do artigo 9.º e que reúnam as seguintes condições:

- a) Apresentem um custo total elegível dos investimentos propostos e apurados na análise da respectiva candidatura igual ou superior a € 5000 e igual ou inferior a € 200 000;*
- b) Enquadrarem -se nas CAE constantes no anexo I, bem como nas CAE definidas pelos GAL reconhecidos, a publicitar em orientação técnica do PRODER;*
- c) Tenham início após a data de apresentação do pedido de apoio, sem prejuízo do disposto no artigo 25.º;*
- d) Assegurem, quando aplicável, as fontes de financiamento de capital alheio;*
- e) Apresentem viabilidade económico-financeira, medida através do valor actualizado líquido, tendo a actualização como referência a taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data da apresentação do pedido de apoio;*
- f) Apresentem coerência técnica, económica e financeira;*
- g) Fundamentem a existência de mercado para os bens e serviços resultantes do investimento, quando aplicável;*
- h) Cumpram as disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, designadamente em matéria de licenciamento.*

...

Síntese do relatório do Requerente:

Nenhum dos 10 beneficiários cumpria o requisito constante da alínea g), n.º1, do art.º 7º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio de apresentarem “*uma situação económica e financeira equilibrada demonstrada através do rácio de autonomia financeira (AF) pré projecto de 15%*”, nem os requisitos constantes das alíneas d) / f), n.º1, do art.º 8º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio de “*assegurarem as fontes de financiamento dos respectivos investimentos/coerência financeira*”, para a atribuição do subsídio.

Por esta razão concluiu que não podiam ser atribuídos os subsídios.

O Requerente ignora o destino que Sílvia Diogo deu ao referido relatório.

Porém, relativamente a estes 10 pedidos de subsídio, o Requerente simplesmente tomou conhecimento posteriormente, através do sistema de informação do IFAP, que os mesmos, cujo seu relatório preconizava a não atribuição de subsídio, apareciam agora nas listagens do IFAP para concessão de subsídio.

Mais uma vez, a conduta da sua superior hierárquica fez com que o Requerente pensasse na existência de corrupção.

35. E quanto ao segundo fundamento da 1ª Denunciada Carolina Costa, para arquivar a questão da corrupção, de que *entende o Ministério da Agricultura inexistir factualidade susceptível de integrar a prática de crime*, a partir do momento que o Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos dá por assente a acima referida inversão da prova documental (e agora também confirmada pelo Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro), isto é, que o Ministério da Agricultura mentiu e na verdade não existe nem nunca existiu qualquer “*avaliação*” ou “*lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020*” ordenadas no Despacho Ministerial nº 13279-E/2014 de 31.10.2014, revelando assim o conluio existente entre o Ministério da Agricultura e a 9ª Secção do DIAP que já vem desde o Proc. n.º 7892/14.4TDLSB, é por mais evidente que este fundamento caiu por terra.
36. Note-se que o despacho de arquivamento do Proc. n.º 7892/14.4TDLSB é de meados de 2016 e surge quando o M.P. ainda não sabia que o Ministério da Agricultura iria ser forçado a confessar a mentira concertada entre ambos os organismos e muito menos imaginava que mais de três anos depois o Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos iria dar por assente o «remendo» da aqui 1ª Denunciada Carolina Costa à farsa combinada entre ambos os organismos no inquérito n.º 7892/14.4TDLSB.
37. Aliás, foi bem sabendo que o inquérito 7892/14.4TDLSB não se pronunciou sobre a factualidade denunciada (e indicada no final do n.º 34) que, a 2ª Denunciada Auristela Hemengarda Pereira diz posteriormente no seu [despacho de 18.05.2018](#) do inquérito 10960/17.7T9LSB que a mesma *está a ser objeto de averiguação autónoma*. Não que isso fosse verdade, mas para ver se calava o Denunciante (aqui Requerente) enquanto este aguardava pela *averiguação* que bem sabia nunca irá aparecer.
38. O certo é que passados mais de dois anos do despacho de 18.05.2018 não há qualquer notícia do resultado dessa averiguação autónoma e,

impondo-se a reabertura do inquérito 10960/17.7T9LSB para que o mesmo fique de acordo com a prova documental existente nos autos (mas ilícitamente subvertida), o resultado dessa *averiguação autónoma* vai ter de aparecer.

39. É que, como já se viu acima, o acto de exclusão do Requerente da ordenada transição constitui ilícito penal de encobrimento da prática dos ilícitos criminais de corrupção denunciadas.
40. De igual forma, contrariamente ao que o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro alega no terceiro e último ponto do seu despacho ora notificado:

“3. No tocante ao requerimento de 9 de julho de 2019, que na reclamação ora apresentada volta a ser objeto de consideração pelo reclamante, no sentido de que sobre o mesmo seja proferido despacho, esclarece-se que aquele requerimento foi já objeto de oportuna apreciação e decisão no âmbito do DA 4396/17, ao qual foi junto na sequência da determinação dada no despacho de 26-5-2020”.

O referido requerimento **não foi objeto de apreciação e decisão no âmbito do DA 4396/17**, porquanto o que a [DA 4396/17](#) disse é que “os factos já foram objecto de análise no âmbito do inquérito n.º 7892/14.4TDLSB” e, com a lengalenga inverídica que o M.P. já nos habituou, que “Tendo em consideração que a queixa agora apresentada tem subjacente a factualidade já apreciada em inquérito anterior, e que nenhum facto ou prova novos são apresentados pelo queixoso que justifiquem qualquer reabertura, impõe-se determinar o arquivamento da presente queixa, nos termos do art. 277.º, n.º 1 do Código de Processo Penal”.

41. Ora, como já se viu, o inquérito n.º 7892/14.4TDLSB não apreciou nenhuma da factualidade apresentada, quer da queixa-crime apresentada em 2014 quer do requerimento de 9 de julho de 2019 – aliás, a maioria da factualidade apresentada nesse requerimento de 9 de julho de 2019 até é superveniente da factualidade contante da queixa-crime de 2014 –, e proferiu decisão com base na inversão da verdade dos factos que o Sr. Procurador da República Hélder Branco dos Santos

veio revelar e o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro confirmou.

42. **Portanto, não restam dúvidas que, sobre também a factualidade constante do requerimento de 9 de julho de 2019 se impõe igualmente que a mesma seja apreciada e objecto de decisão.**
43. **Escusa o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro de arranjar mais malabarismos para não ordenar a imediata reabertura do inquérito 10960/17.7T9LSB no sentido do mesmo ficar de acordo com a prova documental existente ou não ordenar a reabertura dos presentes autos para se apurar das razões e intenções dos Denunciados para terem invertido essa prova e mantido essa inversão até hoje, e, assim, preservar a mentira iniciada pela primeira denunciada Carolina Costa que tem permitido manter a corrupção denunciada na atribuição dos dinheiros públicos PRODER/PDR 2020 por parte do Ministério da Agricultura na sombra.**
44. É que parece que o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro ainda não percebeu que, por mais habilidades a que recorra e voltas que dê, isto só acaba quando as decisões proferidas estiverem de acordo com a prova documental constante dos inquéritos.
45. Na verdade, os malabarismos do Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro só têm demonstrado à saciedade que os actos de encobrimento da matéria criminal denunciada, nomeadamente da corrupção na atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020, são deliberados e concertados e envolvem o mais alto nível da estrutura hierárquica do Ministério Público.
46. Mais, na sequência da reabertura dos referidos inquéritos, nomeadamente do inquérito 10960/17.7T9LSB e DA 4396/17, **impõe-se ainda que seja deduzida acusação, pela pática dos crimes de desobediência e abuso do poder, contra os autores da exclusão do Requerente da ordenada transição em 2014 e manutenção da situação até hoje**, porquanto, o fundamento da 1ª Denunciada para a *inexistência sequer de suspeitas fundadas da prática de crime por alguém, nomeadamente por Patrícia Cotrim, que permitissem a sua*

constituição como arguida, quanto mais para que fosse deduzida, contra a mesma, acusação, é somente aquela ter realizado a “avaliação” e “lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020” a homologar pela Sra. Ministra ordenadas no Despacho Ministerial nº 13279-E/2014 de 31.10.2014 que, como acima se viu, o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro deu como assente que existem documentos de prova de que na verdade foi desobedecido.

E note-se que, o despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB, não diz que *inexiste crime* independentemente do Ministério da Agricultura ter realizado ou não a ordenada “avaliação” e “lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020”. Diz sim que *inexiste crime* porque o Ministério da Agricultura procedeu à realização da ordenada “avaliação” e “lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020” e, em resultado destas, é que o Requerente não transitou.

Ora, se na verdade e está demonstrado documentalmente – até pela confissão do próprio Ministério da Agricultura – que, não existe nem nunca existiu qualquer “avaliação” ou “lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020”, só resta ao M.P. corrigir a decisão proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB e deduzir acusação.

47. Não queira agora a hierarquia do M.P. para isentar os elementos do Ministério da Agricultura denunciados, nomeadamente no requerimento de 9 de julho de 2019 levado à DA 4396/17 que, “*não há preenchimento de qualquer ilícito*” porque foram feitas as ordenadas “avaliação” e “lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020” e, “*não há preenchimento de qualquer ilícito*” porque não foram feitas.

48. Aliás, a prova documental que o Sr. Vice-Procurador Geral da República João Monteiro indica que consta dos inquéritos, deixa bem evidenciados os elementos objectivo e subjectivo do respectivo tipo dos crimes de desobediência e abuso do poder, visto que deixam clara a desobediência, porque o Requerente não transitou para o novo serviço, assim como deixa manifesto o dolo consubstanciado na vontade de não querer transferir para retaliar pela denúncia de actos de corrupção que o Requerente apresentara.

CONCLUSÕES:

Torna-se necessário que seja feita justiça para que haja paz (incluindo entre os denunciante e os magistrados).

Para tanto, impõe-se que seja revista toda a seguinte situação com o devido rigor para apuramento de toda a ilicitude civil e criminal deste já longo e infundável procedimento:

1 – No exercício das suas funções no Ministério da Agricultura, em 16/04/2014, o Denunciante notou e deu notícia que a sua superior hierárquica Sílvia Diogo favoreceu ilegalmente nos processos de atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020, contrariando a informação em termos legais que o Requerente deu como lhe competia, as seguintes entidades:

- a) NATURDELTA;
- b) Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide;
- c) Município de Condeixa-a-Nova;
- d) E as entidades constantes do seguinte quadro:

Ação	N.º PA	Promotor
3.1.2	1	Dina Rosália dos Reis Cardoso
3.1.2	25	Rufino Manuel Rodrigues Xavier
3.1.2	38	Taberna da Helena, Unipessoal Lda.
3.1.2	40	Liliana Marisa de Sousa Lopes
3.1.2	45	Maria Palmira Gonçalves
3.1.2	47	Carla Alexandra Pousada Carvalheiro
3.1.2	56	Maria Antónia Gomes Peixoto Santos
3.1.2	59	Virgílio do Nascimento Azevedo
3.1.2	63	Frederico José Rodrigues Teixeira
3.1.2	89	Óscar Paulo Romano

2 – Por despacho ministerial, foi ordenada a transição de todos os recursos humanos afectos ao PRODER (onde se inclui o Requerente) para o novo serviço PDR 2020.

3 – De todos os recursos humanos do PRODER (todos em igual situação contratual), a sua superior e Gestora do PRODER/PDR 2020 Patrícia Cotrim sem poder para tanto só excluiu o Requerente dessa ordenada transição.

4 – O Denunciante atribui tal conduta ao facto de ter denunciado as irregularidades apontadas (factos nos quais o Requerente vislumbrou sinais de corrupção).

5 – Mostram-se provados os seguintes factos:

- A. Não existiu qualquer “avaliação” para nenhum dos recursos humanos do PRODER;
- B. Não existiu qualquer “*lista nominativa dos elementos a transitar para o PDR 2020*” conforme ordenado no despacho ministerial e, conseqüentemente, a mesma não foi homologada pela Sra. Ministra como determinava o referido despacho ministerial;
- C. Todos os recursos humanos do PRODER transitaram para o PDR 2020, à excepção do Requerente;
- D. Não foram cumpridas pelo Ministério da Agricultura nenhuma das obrigações legais previstas em caso de denúncia de corrupção como a que efectivamente o Requerente fez em 16/04/2014;
- E. Todos os factos anteriores foram confirmados pelo próprio Ministério da Agricultura.

6 – Os magistrados Carolina Costa, Auristela Hemengarda Pereira, Isabel Francisco, Maria José Morgado, Amadeu Guerra, Leonor Cruz Rodrigues, Orlando Romano e João Monteiro do M.P., à excepção do Dr. Hélder Branco, não só nunca aceitaram estes factos nas suas decisões como os inverteram contra a confissão do próprio Ministério da Agricultura.

7 – Urge retificar tais decisões com a realidade dos factos provados, incluindo esta ora reclamada.

8 – Devem os presentes autos ser reabertos com vista a:

- A) Ordenar a reabertura e rectificação da decisão proferida no inquérito 10960/17.7T9LSB para que fique de acordo com a prova documental existente, bem como prosseguir esse inquérito para que seja deduzida acusação, pela prática dos crimes de desobediência e abuso do poder, contra os autores da exclusão do Requerente da ordenada transição em 2014 e manutenção da situação até hoje, e averiguar sobre a factualidade denunciada e

indicada no final do n.º 34 tal como foi decidido no [despacho de 18.05.2018](#) do inquérito 10960/17.7T9LSB;

- B) Apurar da razão, intenção, distração, erro ou outro motivo pelo qual a 1ª Denunciada Carolina Costa inverteu a referida prova documental, bem como as razões e intenções dos restantes Denunciados para, em mais de 2 anos e 24 despachos que proferiram, nunca se terem pronunciado sobre essa inversão da prova documental;
- C) Apreciar e decidir sobre a factualidade apresentada no requerimento de 9 de julho de 2019, caso a mesma continue sem ser apreciada no âmbito da DA 4396/17, evitando-se as vicissitudes que por falta de atinência à realidade dos factos que constituem o cerne de todos os procedimentos tem dado causa às invocadas nulidades.

Termos em que, com a introdução da verdade produzida pelos factos deve ser deferida mais a presente reclamação.

O Denunciante,

Paulo Gonçalves